



**1ª.COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS  
HUMANOS**

**E**

**4ª.COMISSÃO PERMANENTE DE AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA**

**Reunião do dia 23 de Novembro/15**

**Parecer Conjunto da Proposta nº. 637/2015 – “Aquisição de Acções da VALORSUL S.A.”**

Este parecer foi aprovado por Unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões

**Relator** - Deputado João Magalhães Pereira – 1ª. CP

**Presidentes** - Deputada Maria Irene Lopes – 1ª. CP

Deputada Sofia Cordeiro – 4ª. CP





*[Handwritten signature]*

**1.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa**

**Finanças, Património e Recursos Humanos**

**4.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa**

**Ambiente e Qualidade de Vida**

**PARECER SOBRE A PROPOSTA n.º 637/2015**

**Aquisição de Acções da VALORSUL S.A.**

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 637/2015 e da sua remessa pela Sr.ª Presidente da Assembleia às Comissões competentes em razão da matéria, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, deliberaram emitir o seguinte Parecer Conjunto:

**I – CONSIDERANDOS**

1. A Câmara Municipal de Lisboa submete à Assembleia uma Proposta que se consubstancia na aquisição de 108 000 Acções da VALORSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Urbanos de Lisboa e do Oeste, S.A, concessionária da exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de triagem, recolha selectiva, valorização e tratamento de resíduos na área administrativa referenciada, criado por força do Decreto-Lei n.º 68/2010 de 15JUN.
2. As referidas Acções são actualmente propriedade da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., Sociedade gestora de participações sociais, cujo objectivo social reside no aumento da qualidade do ambiente através da resolução ambientalmente correcta e economicamente sustentável da problemática dos

12



resíduos urbanos, promovendo o seu adequado tratamento e valorização, Sociedade que, em 17NOV08, adquiriu a totalidade da participação accionista da PARQUE EXPO'98 na VALORSUL, correspondente a 5,79 % do seu capital social, ao preço unitário de € 7,415/Ação.

3. A 28NOV08 essa Sociedade gestora subscreveu um Contrato de Promessa Unilateral de Venda aos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira, nos termos do qual manifestou a intenção de venda a esses Municípios das Acções assim adquiridas, na proporção relativa ao seu capital na VALORSUL, cabendo ao Município de Lisboa a possibilidade de aquisição das referidas 108 000 Acções.
4. A aquisição que se propõe corresponde a um investimento de € 800 820,00 que elevará a detenção pelo Município de Lisboa no capital social da VALORSUL para 20%, correspondendo a € 5 040 000,00 num capital global de € 25 200 000,00.

## II – DESENVOLVIMENTO


1. A Câmara Municipal de Lisboa reputa como de crucial importância para os interesses do Município e da sua população, a Proposta de aquisição das Acções em causa, fortalecendo a sua participação na VALORSUL, Empresa que é responsável pelo tratamento de 950 000 tons/ano de lixos e valorização de mais de 20% dos resíduos domésticos produzidos no país, detendo o monopólio legal do tratamento de resíduos de Lisboa.
2. Entende o Município que esta aquisição permitirá estabilizar a sua presença na Comissão Executiva e no Conselho de Administração da Empresa, melhor podendo acautelar os interesses da edilidade no cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos, notando ainda que os demais Municípios pretendem proceder de igual forma, relevando assim o interesse público local na aquisição destas Acções.
3. Regista a Câmara Municipal que a aquisição de participações locais segue o determinado nas disposições conjugadas do n.º 1 do Art.º 53º e do n.º 1 do Art.º 54º da Lei n.º 50/2012 de 31AGO que contém o Regime Jurídico da

Actividade Empresarial Local e das Participações Locais e pelo n.º 1 do Art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12SET que contém o Regime Jurídico das Autarquias Locais e bem assim, subsidiariamente pelo n.º 1 do Art.º 62.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3OUT que contém o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial e pela lei comercial em geral.

4. Acresce ainda à Proposta, a Minuta do Contrato de Compra e Venda de Acções, obedecendo aos termos das disposições conjugadas dos Art.º 155º e 157º c) do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7JAN que corresponde ao Código do Procedimento Administrativo, no que respeita à eficácia geral e condicionada do Acto Administrativo.


## II – APRECIAÇÃO da PROPOSTA

1. A Proposta vem acompanhada de Contrato de Compra e Venda de Acções datado de 28OUT14, celebrado/a celebrar entre a EGF e o Município de Lisboa, sem assinatura de ambas os subscritores que se presume portanto constituir a Minuta de Contrato referida na Parte Deliberativa da Proposta.
2. Vem também acompanhada de Estudo Técnico e Económico das circunstâncias da Proposta aquisitiva, sob a égide dos Art.ºs 32.º e 53.º do Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais que prevê: *A deliberação de constituição de Empresas locais ou de aquisição de participações que confirmam uma posição dominante, nos termos da presente lei, deve ser sempre precedida dos necessários estudos técnicos, nomeadamente no plano do projecto, na óptica do investimento, da exploração ou do financiamento, demonstrando-se a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira das unidades, através da identificação dos ganhos de qualidade e a racionalidade acrescentada decorrente do desenvolvimento da actividade através de uma entidade empresarial, sob pena de nulidade e de responsabilidade financeira e ainda que* Os estudos previstos no n.º anterior devem incluir ainda a justificação das necessidades que se pretende satisfazer com a empresa local, a demonstração da existência de procura actual ou futura, a avaliação dos efeitos da actividade da empresa sobre as contas e a estrutura organizacional e os recursos humanos da entidade pública

IL 

*participante, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto de cidadãos.*

3. Vem acompanhada igualmente de carta da EGF – Empresa Geral do Fomento S.A. datada de 6JAN2009, informando a Câmara Municipal de Lisboa de ter adquirido à Sociedade PARQUE EXPO, 260 527 Acções nominativas da VALORSUL com o valor unitário de € 5,00/Acção, correspondendo ao total das Acções que essa Sociedade detinha, representando 5,79 % do capital da VALORSUL, podendo desse facto concluir-se que o universo dessas Acções será de 4 500 000, para um capital social de € 22 500 000,00.
5. Informava ainda disponibilizar-se a revender aos Municípios accionistas um total de 119 493 Acções ao preço igual ao de compra, por € 7,415/Acção, correspondendo ao Município de Lisboa uma quota de 55 307 Acções e reservando a EGF para si, 141 034 Acções da VALORSUL consideradas como correspondentes à sua quota parte.
6. Anexo a essa carta da EGF, encontra-se Contrato de Compra e Venda de Acções, estabelecido entre a EGF e a PARQUE EXPO'98 S.A. de 17NOV2008, suportando a transacção descrita nos n.ºs anteriores do presente Parecer e acrescentando a imprescindibilidade de cumprimento do Art.º 6.º do Contrato de Sociedade da VALORSUL, com necessidade de obtenção do seu consentimento para a transacção de acções nominativas e não utilização do respectivo direito de preferência.
7. Também anexo, está o correspondente Termo de Transacção da execução do Contrato, datado de 31DEZ2008.
8. Segue-se, nos Anexos à Proposta n.º 637/2015, carta complementar da EGF à Câmara Municipal de Lisboa, datada do mesmo dia 6JAN2009 que contempla a possibilidade que, caso se verifique a fusão da VALORSUL com a RESIOESTE, poderá a EGF proceder à venda de 113 845 Acções adicionais aos Municípios, como referido na Minuta de Promessa Unilateral de Venda de Acções distribuída na Assembleia Geral da VALORSUL de 28NOV2008.

- 
9. Nesta Minuta de Promessa Unilateral, especifica-se que, da fusão da VALORSUL actual em 28NOV2008, resultará uma nova VALORSUL, cujo capital passará de € 22 500 000,00 para € 25 200 000,00 e de 4 500 000 Acções para 5 040 000,00 mantendo o valor nominal de € 5,00/Acção. Ao número de 260 527 Acções a adquirir/adquiridas à PARQUE EXPO'98 correspondem 233 338 que a EGF atribuirá aos outros accionistas, das quais 108 000 a vender ao Município de Lisboa, por preço igual ao de compra à PARQUE EXPO'98, como acima definido, por € 7,415, ou seja € 800 820,00.
  10. Seguem-se os necessários Comprovantes de Cabimento e de Fundos Disponíveis, cujas datas e montantes aparentam estar correctamente emitidos.
  11. Acresce que em sede de discussão em Câmara Municipal foi afirmado que o valor comercial das Acções se encontra já acima do dobro do Valor Unitário a pagar, transformando assim esta transacção em negócio comercial.

### III – OPINIÃO do RELATOR

1. Os estudos a apresentar, em cumprimento dos Art.ºs 32.º e 53.º do Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais, estão longe de ficarem satisfeitos pelos que se referenciam no n.º 2 da presente Avaliação da Proposta, quer em âmbito quer em profundidade, não ficando cabalmente demonstrado o interesse social da Proposta, nem que o reforço da participação do Município se traduza em qualquer vantagem tangível.
2. Esse mesmo facto é evidenciado pelo próprio Estudo quando alega *não se estar a adquirir uma posição dominante*, embora se defina o Município como *accionista de referência*. Quais as vantagens respectivas e os exactos limites desses conceitos indefinidos, o Estudo não as/os define ou quantifica.
3. Por outro lado, não se comprova estar assegurada a inaplicabilidade por todos os accionistas do respectivo Direito de Preferência, nem que a VALORSUL autorize a operação de aquisição de Acções nominativas, nos termos do Art.º 6.º dos seus Estatutos.

4. Também não resultam claros os fundamentos do cálculo para que as 260 527 Acções adquiridas pela EGF à PARQUE EXPO'98, se transformem em venda aos Municípios accionistas de 233 338 Acções.

### III – CONCLUSÕES

1. A Proposta em apreço está em condições de ser discutida e votada em sede de Assembleia Municipal, reservando os Grupos Municipais e Deputados Independentes representados nas Comissões para o Plenário, a expressão do seu sentido de voto.
2. A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de Parecer.

### IV – ANEXOS

O signatário considerou desnecessária a junção ao presente Parecer de outros elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado/a ou Grupo Municipal

Este Parecer foi Aprovado por UNANIMIDADE dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes na/à Comissão.

Assembleia Municipal de Lisboa, 22 de Novembro de 2015

A Presidente da 1.ª Comissão



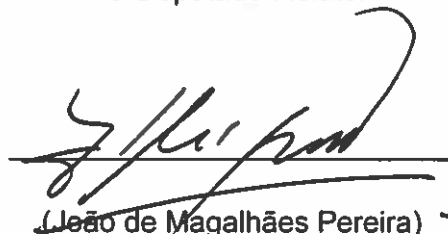
(Irene Lopes)

A Presidente da 4.ª Comissão



(Sofia Cordeiro)

O Deputado-Relator



(João de Magalhães Pereira)